

Jornada de Agroecologia: Camponesas e Camponeses em Movimento Construindo o Sustento da Vida e a Transformação da Sociedade

TARDIN, José Maria. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST – Escola Latino-Americana de Agroecologia - ELAA. tardinjosemaria@gmail.com

Resumo

A Jornada de Agroecologia é uma coalizão política constituída em 2001, que resultou de amplo processo dialógico entre os Movimentos Sociais do Campo e Organizações Não-Governamentais atuantes no estado do Paraná, que desde os anos 80 promovem a Luta Pela Terra e Pela Reforma Agrária e a Agroecologia. Seu Manifesto Político apresenta os objetivos estratégicos e o lema original: Jornada de Agroecologia – Terra Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxicos. Atua em rede de cooperação potencializando os processos político-organizativos, econômicos e culturais locais e regionais num movimento camponês agroecológico com maior densidade e expressividade política e social. Desde 2002 realiza o Encontro Estadual com média de quatro mil participantes. Tem impulsionado a transição agroecológica associada à luta política que culminou na aprovação de legislações e políticas governamentais coibitivas aos transgênicos e aos agrotóxicos, e ao enfrentamento direto as transnacionais Monsanto e Syngenta.

Palavras-chave: Agroecologia, Movimentos Sociais do Campo, Reforma Agrária.

Contexto

No Paraná, constituiu-se um campesinato tradicional numeroso e disperso em grande parte do seu território que desenvolveu complexo mosaico de agroecossistemas de policultivos alimentares em bases ao trabalho familiar e de cooperação entre vizinhos, com largo uso da tração animal, a partir de sementes e animais crioulos, com manejo da fertilidade especialmente centrado no sistema de pousio e reciclagem de resíduos vegetais de toda ordem e do esterco dos animais. As comunidades camponesas se organizavam com elevado nível de sustentabilidade, que incluía diversos sistemas agroindustriais movidos por energia hidráulica, ampla rede de profissionais de serviços, como ferreiros, carpinteiros, pedreiros, com amplas capacidades e conhecimentos para o uso dos bens naturais locais.

Instalaram escolas, muitas vezes autônomas e bilíngües, as músicas, danças, peças teatrais, o artesanato, práticas desportivas típicas, a força mística da religiosidade popular, a multivariada gastronomia oferecida nas festanças, asseguravam intensa sociabilidade cultivando o “espírito” camponês.

Sua história está marcada pelas chagas das violências, que se expressa em maior escala na Guerra do Contestado (1912-1916), na ação do Estado Novo Getulista (1938-1945), e nas barbáries da Ditadura Militar (1964-1984), esta última, impositora do que se convencionou denominar de “revolução verde” nos marcos da subordinação direta à hegemonia do capital internacional sob tutela geopolítica dos Estados Unidos da América.

Este processo militar-político-econômico-científico-técnico global opera como ciclones de violência sobre o campesinato num contínuo de expulsão das famílias do campo ou sua subordinação aos sistemas de “integração” às agroindústrias e financeiro, ampliando a reprodução do capital na agricultura em bases tecnológicas industriais de impactos destrutivos sem precedentes nas bases ecológicas da agricultura. Sua exponenciação planetária alcança o apogeu a partir dos anos 90,

Resumos do VI CBA e II CLAA

expresso no neoliberalismo e no poderio imperialista dos EUA, que no espaço da agricultura vem configurar o agronegócio.

A resistência camponesa na Guerra do Contestado, na Revolta dos Colonos do Sudoeste do Paraná e no conflito de Porecatu, é a resposta política que se renova nos anos 80 na luta dos Ribeirinhos do Rio Paraná expulsos das terras pelo Estado Militar para a construção de Itaipu, que culmina numa articulação nacional e leva à criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, enquanto outra frente se organiza na renovação do sindicalismo, expresso no Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores – CUT, que atualmente constitui a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF. Este processo foi originalmente influenciado pela teologia da libertação, sob destacada ação da Comissão Pastoral da Terra – CPT e complementado pela Pastoral da Juventude Rural - PJR, e no plano sindical, mais a frente, pela assessoria do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais – DESER. No âmbito político-organizativo, emergem ainda processos sociais articulados pela Comissão Regional dos Atingidos por Barragens – CRAB, pelo Movimento das Mulheres Camponesas – MMC, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, e o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

Concomitantemente inicia-se o processo institucional de promoção da agricultura alternativa, biodinâmica e orgânica, e no início dos anos 90, a agroecologia, destacando o protagonismo do Movimento Estudantil organizado na Federação dos Estudantes de Agronomia – FEAB apoiados pela Associação dos Engenheiros Agrônomos - AEA, e da emergência das Organizações Não-Governamentais, a exemplo da AOPA – Associação D' Agricultura Orgânica do Paraná, a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESOAR, Fundação Rureco, Assessoria e Serviços a Agricultura Alternativa - AS-PTA, o Instituto Equipe de Educadores Populares - IEEP, o Instituto Agro Florestal Bernardo Hakvoort - IAF, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA. Toma parte neste processo a Terra de Direitos, organização de direitos humanos que agrega suas competências político-jurídicas ampliando o campo de ação nas lutas sociais, e as escolas técnicas de agroecologia, como iniciativa pioneira dos Movimentos Camponeses no país.

Essas dinâmicas sociais se entrecruzam, e processos de articulação vão sendo gestados nos anos 90, a exemplo da Via Campesina (MST, MPA, MMC, MAB, CPT, PJR, FEAB), a Rede ECOVIDA (ONGs, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associações Comunitárias, Cooperativas, as Cooperativas de Crédito Solidário – CRESOL, Grupos Informais), além de Fóruns Regionais, portanto, expressando uma nova tecitura nas relações sócio-políticas no interior do campesinato e deste com a sociedade em geral, onde cada vez mais a agroecologia vai sendo efetivada na prática camponesa e sendo inscrita no programa político dos seus Movimentos Sociais e Sindicais e Pastorais.

Este processo vivenciado no Paraná reflete um fenômeno global, que no espectro do capital se expressa no Fórum Econômico de Davos, enquanto, segundo as necessidades humanas fundamentais e da comunidade de vida, se expressa no Fórum Social Mundial, que teve suas três primeiras realizações na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, a partir de 2001. É, portanto, neste ambiente de globocolonização imperialista totalitário e de reação popular, que em torno às bandeiras de lutas pela Terra e Reforma Agrária, a Agricultura Familiar e Camponesa e a Agroecologia, o entrecruzar do movimento camponês se dá por expressar-se no Paraná na Jornada de Agroecologia.

Os três primeiros encontros foram em Ponta Grossa e os quatro seguintes em Cascavel por serem territórios de hegemonia do agronegócio e aí se expressar a contradição de projetos de

sociedade. Já a realização do 8º Encontro foi na cidade de Francisco Beltrão, por ser uma região tipicamente camponesa com acúmulos político-organizativo, em agroecologia e a presença do agronegócio pelo sistema de grandes agroindústrias dos setores de leite e carnes.

Descrição da Experiência

Todas as iniciativas anteriormente citadas se relacionavam esporádica e pontualmente em diferentes graus, portanto, são atores sociais que se reconhecem desde seus contextos locais e regionais sem, contudo se afirmarem no plano político e da ação, coletivamente unificados.

Na trajetória desde os anos 80, estes atores combativos e progressistas do movimento camponês paranaense também se inseriram na organização partidária, notadamente optando pelo Partido dos Trabalhadores – PT, sendo que uma das esferas estaduais onde se encontravam para a formulação de propostas de políticas públicas se dava na Secretaria Agrária do Partido. Neste espaço, a manifestação do interesse da equipe da secretaria municipal de agricultura de Ponta Grossa, em implementar políticas e programas de produção agroecológica e abastecimento popular, permite colocar a agroecologia em maior destaque no processo em diálogo e a partir do amadurecimento de tal iniciativa é que se alcança o consenso naquele coletivo para a promoção da Jornada de Agroecologia.

Com o apoio da Administração Municipal, chama-se um primeiro encontro ampliado de Movimentos Camponeses e ONGs, quando se apresenta a proposta política e metodológica geral, que é apreciada e debatida numa seqüência de encontros ao longo de 2001, até que se alcança o consenso geral, que é traduzido num Manifesto.

É em novembro de 2001 que este coletivo social realiza o ato de lançamento da Jornada de Agroecologia, na comunidade rural pontagrossense de Itaiacoca, com a participação de mais de 600 camponeses e camponesas e outros atores sociais e políticos.

A Jornada de Agroecologia se apresenta então com caráter popular, massiva em seu alcance social, portanto, como dinâmica social do campesinato, ao mesmo tempo em que busca atrair ao diálogo e ação conjunta outros segmentos da sociedade, notadamente aos estudantes, técnicos, pesquisadores e docentes, partidos políticos progressistas e seus membros detentores de mandatos populares, e o movimento ambientalista.

Explicita-se como sendo uma articulação que parte desde as ações concretas e efetivas das famílias camponesas e suas múltiplas formas de associação e cooperação no interior dos seus agroecossistemas, comunidades e assentamentos e se projeta em sistemas em redes de alcance estadual, pluriestadual, nacional e internacional.

Faz um recorte de classes, ao afirmar na sua 6ª Carta como sendo *“um coletivo político que se contrapõe diretamente ao Capitalismo e sua expressão através do Agronegócio, que se reproduz através do latifúndio, do trabalho escravo, da violência, e expulsa as famílias do campo, desestabiliza a soberania alimentar do país, degrada e contamina a natureza e os seres humanos”*. Portanto, não tem a ilusão de humanizar e tampouco ecologizar o capitalismo, e busca na ciência da agroecologia as orientações fundamentais para a reconstrução ecológica da agricultura na sua estratégia de resistência e luta pela transformação radical da sociedade.

A cada ano, desde 2002, realiza o Encontro Estadual, com duração de quatro dias, e participação média de 4.000 pessoas, sendo 95% de camponesas e camponeses. Este evento se concretiza com uma Marcha Pública como ato de abertura, e segue com a Feira da Biodiversidade e Alimentos Ecológicos, Conferências em Plenária, Oficinas de Intercâmbio das Experiências e

Resumos do VI CBA e II CLAA

Seminários, Noites Culturais e o Ato Político com Autoridades Governamentais e Parlamentares, entre outros. Neste Ato Político, entrega a Carta da Jornada de Agroecologia, onde expressa sua posição estratégica e conjuntural e suas reivindicações, que passam a ser objeto das ações coletivas no transcorrer de cada período.

O custeio dos Encontros Estaduais tem sido efetivado pelo apoio principal do Governo do Paraná, além de Ministérios Federais, Governos Municipais, Instituições e Empresas Públicas, agências de cooperação internacional e os Movimentos Sociais.

Resultados

Por seu caráter e funcionalidade a Jornada de Agroecologia permite fazer repercutir a concretude material do fazer camponês na produção agrícola, animal e agroflorestal no plano micro e macro político, de forma direta e protagonista, na medida em que é expressão do campesinato em movimento, seja gestando agroecossistemas complexos e processos agroindustriais e de relação com o público urbano oferecendo-lhe alimentos de elevada qualidade biológica, como formulando, propondo e reivindicando políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentado em bases à agroecologia camponesa.

Por outro lado, estabelece o enfrentamento direto ao agronegócio, acumulando duas vitórias significativas, quando em 2003 promoveu um protesto junto a um centro de pesquisa e produção de sementes de soja e milho transgênicos da transnacional Monsanto, em área rural do município de Ponta Grossa, que dias depois foi ocupado por famílias camponesas e sem terra. O coletivo da Jornada de Agroecologia aí estabeleceu amplo processo de apoio às famílias, convertendo a área no Centro Chico Mendes de Agroecologia, onde promoveu eventos de formação político-técnico de camponeses, camponesas e jovens do campo. Toda a área de 35 ha foi convertida em bases agroecológicas, através dos Mutirões da Agroecologia com média de 200 participantes. Aí se instalou campos de multiplicação de sementes crioulas de várias espécies, além de adubos verdes de inverno e verão, plantas medicinais e fez-se a reconstituição da mata ciliar. As atividades foram encerradas após 18 meses, dado que as famílias foram despejadas da área por ordem judicial.

As denúncias judiciais e junto ao IBAMA, levou a Monsanto a ser responsabilizada com uma multa de R\$1,5 milhões. A resposta da empresa vem sendo criminalizar cinco pessoas membros de organizações do coletivo da Jornada, que respondem dois processos judiciais.

Já em 2006, após a ocupação do centro de transgeniese para soja e milho, da transnacional Syngenta, no município de Santa Teresa do Oeste, por famílias da Via Campesina, o coletivo da Jornada de Agroecologia promoveu aí sucessivos eventos de formação e de apoio à produção agroecológica.

Por estar cultivando transgênicos em área proibida por legislação federal, haja visto que se localiza no interior do perímetro com raio de dez quilômetros no entorno do Parque Nacional do Iguaçu, a empresa foi multada pelo IBAMA, no valor de R\$1 milhão e responde por crime ambiental. As famílias ocupantes foram desalojadas da área por três vezes por ordem judicial, até que a Syngenta contratou a empresa de segurança privada NF – Segurança, que num confronto militarizado assassinou o camponês Valmir Mota de Oliveira (Keno) e feriu vários outros. Tal episódio levou a Via Campesina a promover ampla divulgação das violações da transnacional desde sua sede internacional na Suíça como em vários países, até que a Syngenta se viu obrigada a entregar a área por doação ao Governo do Paraná. A mesma está sob gestão direta do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR em diálogo com a Via Campesina e Jornada de Agroecologia, encontrando-se em vias de implantação do Centro de Pesquisa em Agroecologia

Resumos do VI CBA e II CLAA

Valmir Mota de Oliveira.

A Jornada de Agroecologia desde sua primeira edição, em sua interlocução com o Estado do Paraná obteve conquistas políticas significativas a toda sociedade, a saber:

A Lei Paraná Livre de Transgênicos; a proibição da exportação de soja transgênica pelo Porto de Paranaguá; efetivação da fiscalização do cultivo comercial ilegal e da produção de sementes básicas transgênicas; fiscalização do cultivo ilegal do milho transgênico; manutenção da moratória nacional e internacional contra a tecnologia "terminator"; a Lei da Rotulagem dos Produtos Transgênicos; desapropriação do Campo Experimental da Transnacional Syngenta em Santa Tereza do Oeste.

No entanto este conjunto de conquistas foi inviabilizado pelas sucessivas medidas provisórias do Governo Federal que atendeu plenamente os interesses das transnacionais de biotecnologia, e pelas decisões do Poder Judiciário que as anularam incondicionalmente.

Outro limitante ao avanço da agroecologia é que a presença do Estado no apoio às famílias camponesas que a praticam tem se restringido à iniciativas pontuais, dispersas e desarticuladas não se constituindo em Política Sistemática, Permanente e Estruturante, impondo às famílias e suas organizações o ônus maior pela sua implementação.